



Parecer Jurídico nº 25/2017

Interessado: **CAU/DF**.

Assunto: **Aquisição de equipamentos de informática – Pregão Eletrônico**

Ementa: Direito Administrativo. Exame do Processo Administrativo nº 580340/2017 - Minuta de Edital do Pregão Eletrônico N° 005/2017 - Aquisição de equipamentos de informática.

I – RELATÓRIO

Senhor Presidente,

1. Vem a exame desta Assessoria Jurídica o procedimento administrativo nº 580340/2017, constante do PE do CAU/DF, com a Minuta do Edital do Pregão Eletrônico N° 005/2017, do tipo menor preço por item, para aquisição de equipamentos de informática, conforme as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência.

2. A justificativa apresentada no Termo de Referência é a seguinte:

“Considerando a necessidade de compra de equipamentos para o bom funcionamento do CAU/DF, atendendo necessidades do quadro funcional, como também das plenárias externas e para o funcionamento em continuidade, se faz necessária à compra de softwares, equipamentos de som e nobreak.

Considerando contratação de pessoal ampliando o quadro de funcionários, conforme concurso público realizado e contratação de estagiários nas áreas de Fiscalização, Jurídica e Comunicação.

Faz-se necessária a aquisição dos equipamentos descritos neste Termo de Referência.”

3. O feito vem a esta Assessoria Jurídica para apreciação e emissão de parecer conforme previsão do art. 38, inciso VI da Lei 8.666/1993.

4. O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- Formulário de Abertura de Processo nº 580340/2017;

- Dotação Orçamentária 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de

Processamento de Dados;



- E-mails encaminhados para 26 (vinte e seis) potenciais fornecedores com solicitação de cotação e proposta;
- E-mails com propostas de 5(cinco) empresas: Best Buy, CEL Tecnologia e Informática, Ótima Tecnologia, Nathans Comercial Ltda, e RGN Som Elétrica e Informática Ltda;
- Nota Técnica n.º 26/2017, datada de 25/10/2017, do Assessor de TI, com quadro demonstrativo das propostas;
 - Termo de Referência;
 - Cópia da Portaria 35/2017, que designa o Pregoeiro e Equipe de Apoio;
 - Despacho 132/2017, datado de 25 de outubro de 2017, da Gerente Geral que aprovando a proposição encaminha o processo à Assessoria Administrativa para produção da minuta do edital e posterior envio para Assessoria Jurídica para manifestação quanto à regularidade;
 - Minuta do Edital – Pregão Eletrônico nº 05/2017; e
 - E-mail, datado de 09/11/2017, do Assistente Administrativo com solicitação de parecer jurídico.

II- ANÁLISE JURÍDICA

5. Na fase inicial da licitação, deve-se ter o cuidado de instruir o respectivo processo administrativo com os elementos preparatórios do pregão, na forma eletrônica, conforme determina o art. 9º e seus §§ do Decreto nº 5.450/05, o art. 3º da Lei nº 10.520, de 17.07.02, e aplicadas subsidiariamente às normas da Lei nº 8.666/93.

6. Vale destacar o art. 9º do Decreto nº 5.450, de 2005, que trata da fase inicial referente à modalidade de licitação escolhida, relaciona os procedimentos necessários nos seguintes termos:

Art. 9º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I – elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;



II – aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III – apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV – elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V – definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI – designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1º **A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III**, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, **valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado**, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

7. Há pacífica jurisprudência do TCU no sentido de que, nos termos do art. 3º, da Lei 10.520/2002, a Administração não está obrigada a anexar ao edital o orçamento de referência que elaborou na fase interna da licitação. **Este deve constar, obrigatoriamente, apenas dos autos do processo administrativo referente à licitação.** Citem-se os Acórdãos 1.248/2009, 114/2007 e 1935/2006, todos do Plenário.

8. Na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, devendo estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo administrativo relativo ao certame. Ficando a critério do gestor, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluí-lo no edital ou informar, no ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-lo.

9. Via de regra, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida através da modalidade de Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, dispendo o art. 40 caput, do Decreto nº 5.450 (Decreto que regulamenta o Pregão Eletrônico), que “nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.”



10. Consta no processo a aprovação da proposição com o Termo de Referência, conforme exige o art. 9º, II, do Decreto 5.450/05, transcrito acima. O entendimento do TCU sobre esse assunto no Acórdão 107/2006 – Plenário, é o seguinte:

O TCU determinou que se fizesse constar, na aprovação da autoridade competente para o início de processo licitatório, a devida **justificativa para a contratação, em observância ao princípio da motivação do ato administrativo** (item 9.6.11, TC- 011.590/2003-8, Acórdão nº 107/2006-TCU-Plenário).

11. O Termo de Referência atesta a classificação dos objetos como comum, depreendendo-se que são produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, ficando possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no Termo de Referência e no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

12. Importa salientar que por meio da Nota Técnica constante do processo, o Assessor de TI esclareceu “ que o valor da dotação orçamentária informada não comporta a compra dos lotes 1 e 2, fica cancelado a pesquisa de preço e o lote 2. Neste caso faz-se necessário ajustar o Edital em apreço, bem como seus anexos para que conste apenas informações referentes à aquisição dos itens constantes do Lote 1 – Equipamentos de Informática.

13. Cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo ora analisado.

14. Incumbe a esta Assessoria prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.



III – CONCLUSÃO

15. Diante de todo o exposto, do ponto de vista estritamente jurídico, esta Assessoria manifesta-se pela viabilidade jurídica do procedimento para realização do Pregão Eletrônico n° 05/2017, desde que sejam feitas as adaptações sugeridas no item 12 deste parecer.

É o parecer que submeto à elevada consideração superior.

Brasília – DF, 20 de novembro de 2017.

KARLA DIAS FAULSTICH ALVES
Advogada do CAU/DF - OAB/DF 27.970